EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

A crise da dívida já foi resolvida?

Sucessivos choques econômicos, juros reais elevados, preços agrícolas pressionados para baixo por diversos fatores. Resultado: a agricultura brasileira acumulou um endividamento com o sistema financeiro e também com as indústrias supridoras dos insumos que chegou a ser tido como impagável.

Oferta de áreas a preços vis, produtores executados pelos bancos perdem suas terras. Muitos produtores contestam na Justiça os saldos devedores apresentados pelos bancos. As lideranças da agricultura buscam organização política, surge a CPI da Dívida. A securitização, insatisfatória para muitos, foi o acordo possível.

Mas o Brasil já colheu em 1997 mais uma supersafra. Como explicar isso? A crise da dívida já foi superada?

Agroanalysis *procurou autoridades governamentais e lideranças do setor agrícola para obter algumas respostas. Eis a íntegra das entrevistas.*

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Antonio Chavaglia
Presidente da Comigo

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Embora a imprensa tenha dedicado pouco espaço a essa questão, como se a securitização tivesse solucionado o problema, o fato é que, para grande parte dos produtores goianos, a questão do endividamento persiste. Portanto, a resposta é não.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— Em parte, sim. Mas mesmo nesses casos, é necessário prolongar o prazo de pagamento para 20 anos no mínimo, a fim de que o produtor tenha fôlego para honrar esse endividamento, que, diga-se de passagem, é totalmente injusto. A origem dessa dívida veio do descasamento de índices entre os financiamentos e os preços mínimos de garantia. Não é admissível que, numa ponta, a dos financiamentos, se cobrem taxas de juros exorbitantes e na outra corrijam-se os preços pela metade dessas mesmas taxas, como ocorreu no governo Collor em 1990 (74% contra 41%). Na safra de 1994/95, outro duro golpe desferido pelo governo: congelamento dos preços mínimos e correção dos financiamentos pela TR mais juros, o que causou novo descasamento, algo ao redor de 60%. Uma dívida que no seu início (entre 1988 e 1993) não chegava a US$100 mil hoje ultrapassa os US$200 mil. A sociedade rural está arcando com uma conta que não é sua. Tendo que pagá-la, só mesmo com o dilatamento do prazo, assim mesmo contando com uma rentabilidade líquida de 20% ao ano. A soja, este ano, está dando um bom resultado, mas daqui a dois anos ele estará reduzido, quando os estoques mundiais se normalizarem. Com o prazo atual, essa conta não poderá ser paga. Em outros países, onde hou-

A sociedade rural está arcando com uma conta que não é sua.

ve securitização agrícola, o prazo nunca foi inferior a 20 anos. Se ultimamente para os bancos esse prazo tem sido sempre concedido, por que para o setor produtivo rural — que carrega o país — esse alongamento não seria possível?

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Nas dívidas superiores a R$200 mil, já que o produtor goiano planta grandes áreas e por isso suas dívidas são maiores.

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Há um grande problema relativo à dívida dos agricultores, que se acumulou ao longo dos últimos anos. Em 1995, com a aprovação da lei da securitização, o governo foi aos limites de suas possibilidades para encaminhar a solução do problema. Foram então liberados mais de R$7 bilhões em títulos, para que grande parte dos produtores pudesse alongar sua dívida. O momento da crise já passou, pois o governo, mediante a securitização, permitiu que vários produtores regularizassem sua situação e tomassem novos financiamentos e pudessem plantar novamente.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— O alongamento das dívidas já apresenta excelentes resultados, como um grande aumento da área plantada da segunda safra de milho (conhecida como safrinha), estimada, segundo o último levantamento da Conab, em 4 milhões de toneladas. Podemos dizer que a securitização resolveu o problema de grande parte do setor agrícola. Ainda existem remanescentes. Pelo porte das dívidas agrícolas, já previámos que não seria possível resolver tudo, mas não estamos mais num impasse, e os primeiros resultados começaram a aparecer, com previsão de uma produção recorde para a safra de 1996/97, o que auxiliará a capitalização do setor.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Os focos remanescentes estão basicamente no segmento dos grandes devedores. Com grande volume de dívidas agrícolas e a limitação de recursos para securitizar todos os débitos, o governo optou por atender os menores.

■ *O que precisa ser feito?*

— O governo trabalha para viabilizar uma boa comercialização da produção, desde março, quando 30% da safra já estavam colhidos. Os instrumentos para sua comercialização garantirão a capitalização do setor agrícola, permitindo que os produtores saiam efetivamente da crise de liquidez.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— Qualidade e produtividade. Quem trabalhou com estes conceitos no setor agrícola já mostra sua recuperação a partir desta safra, cuja contribuirão muito para viabilizar a produção agrícola goiana. Além disso, mais duas questões se somam a essas: a necessidade de que o governo garanta o preço mínimo e maior volume de recursos com prazo de 10 anos para pagar, tanto para investimentos em máquinas e implementos agrícolas quanto para custeio e calcário. O sistema de crédito atual, à base de escambo, só dá prejuízo ao produtor, que é obrigado a vender com deságio.

■ *O que precisa ser feito?*

— Securitizar as dívidas acima de R$200 mil, com prazo também de 20 anos.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— Remodelar o sistema de transporte, utilizando os sistemas ferroviário e hidroviário, e reduzir os preços dos fertilizantes através de ampla discussão sobre o assunto. Essas duas medidas com certeza contribuirão muito para viabilizar a produção agrícola goiana. Além disso, mais duas questões se somam a essas: a necessidade de que o governo garanta o preço mínimo e maior volume de recursos com prazo de 10 anos para pagar, tanto para investimentos em máquinas e implementos agrícolas quanto para custeio e calcário. O sistema de crédito atual, à base de escambo, só dá prejuízo ao produtor, que é obrigado a vender com deságio.

Arlindo Porto
Ministro da Agricultura

Qualidade e produtividade. Quem trabalhou com estes conceitos no setor agrícola já mostra sua recuperação a partir desta safra.

ja previsão é de 81,18 milhões de toneladas de grãos. Esse resultado se deve principalmente ao anúncio antecipado das medidas, tanto para custeio quanto para comercialização, que deram segurança ao produtor para plantar. Além disso, o zoneamento agrícola, que mostra ao produtor como, onde, o quê e quando plantar, confirma a tendência de que os produtos brasileiros ganhem competitividade e aumentem a produtividade. Esses paradigmas são fundamentais na conquista do mercado internacional, e de margens de lucro condizentes com o poder aquisitivo da população.

José Aroldo Gallassini

Diretor Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo)

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Absolutamente não. Seus efeitos mais perversos estão sendo materializados agora, através de execuções judiciais, tomadas de bens, fechamento de estruturas de apoio aos produtores e problemas sociais ocasionados pelo contingente de agricultores que quebraram e foram para as cidades viver de subempregos.



■ *A securitização resolveu o problema?*

— Não! Em primeiro lugar, a securitização das dívidas agrícolas, propiciada pela Lei nº 9.138/95, não contemplou a totalidade do endividamento agrícola. Ficaram de fora os débitos de valor superior a R$200 mil, dívidas de cooperados junto a suas cooperativas, e destas junto a fornecedores e agentes financeiros. Em segundo lugar, a securitização apenas adiou o problema do endividamento. O custo dessa dívida irá exigir um valor equivalente a 6% da receita bruta por cinco anos, quando se sabe que nem todos os produtos permitem ao agricultor auferir esse valor. Em conseqüência, já em outubro poderemos ter problemas com a falta de recursos, por parte de agricultores, para liquidação da primeira parcela da securitização.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Nos produtores que tinham débitos superiores a R$200 mil, especialmente os arrozeiros do Rio Grande do Sul, produtores das novas fronteiras agrícolas e cooperativas que amargam em suas contas correntes os prejuízos referentes aos débitos não honrados pelos cooperados, em função da elevada descapitalização enfrentada pelo setor nos últimos anos.

Resolver o passado é de extrema importância. Depois, será preciso equacionar os problemas de infra-estrutura, do custo Brasil, da competição desleal com os produtos importados.

■ *O que precisa ser feito?*

— Entendemos que um novo programa deve ser criado para contemplar esses casos. Nesse sentido, as cooperativas, através da OCB e juntamente com a Frente Parlamentar do Cooperativismo da Câmara e do Senado, estão negociando com as autoridades, pois havia um comprometimento do governo quanto a esses casos. Há um consenso nos meios cooperativista e parlamentar de que a ação das cooperativas e lideranças agrícolas e políticas viabilizaram a securitização. Mas na verdade as próprias cooperativas e os

produtores com débitos superiores a R$200 mil não foram todos contemplados, o que torna urgente solucionar seu problema.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— Resolver o passado é de extrema importância. A partir daí é preciso equacionar os problemas de infra-estrutura, do custo Brasil, da competição desleal com os produtos importados. É preciso também adotar medidas de salvaguarda e criar mecanismos estáveis de financiamento; acima de tudo, adotar as sugestões que estão sendo oferecidas pelas comissões do Fórum Nacional da Agricultura. Além disso, modernizar todo o processo produtivo, englobando desde as etapas de dentro da porteira até o consumidor. Produzir aquilo que o mercado está disposto a comprar e a preços competitivos.

Paulo César Ximenes

Presidente do Banco do Brasil

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Para os pequenos e médios produtores, ou seja, aqueles que tinham dívidas de até R$200 mil, sim. O Banco do Brasil securitizou dívidas de 149 mil produtores, sendo que mais de 95% destes são pequenos agricultores.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— Em grande parte, sim. No extrato de produtores com dívidas acima de R$200 mil ainda temos uma parcela significativa que não quis ou não teve condições de renegociar seus débitos. Mas, de qualquer forma, a tranqüilidade voltou ao campo e foi restabelecida a parceria histórica entre os produtores e o Banco. O país irá colher uma excelente safra e por certo a securitização em muito contribuiu para isso.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Diria que ainda temos dois focos principais: o Centro-Oeste, em função do porte dos produtores da região, em sua maioria com extensas lavouras, e o arroz no Rio Grande do Sul. Os demais são pequenos focos, quase pontuais.



A tranqüilidade voltou ao campo. O país irá colher uma excelente safra e, por certo, a securitização contribuiu para isso.

■ *O que precisa ser feito?*

— O Banco tem realizado um grande esforço para a regularização dessas dívidas ainda não renegociadas, oferecendo inclusive condições bem mais favoráveis do que aquelas pactuadas no contrato original. O governo federal também está sensível ao problema. Acredito que possamos chegar a um acordo satisfatório para todas as partes.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— O volume recorde da próxima safra, recentemente divulgado pelo governo, já demonstra uma recuperação bastante significativa da agricultura. Sem dúvida, o fator preço é o grande indutor da expansão de nossa produção. Porém ainda há espaço para significativos ganhos em produtividade. Precisamos de mecanismos mais eficientes para que a tecnologia que já detemos possa ser transferida para o agricultor. A questão de investimentos de longo prazo, principalmente em infra-estrutura, também é fundamental. Finalmente, resta a questão dos tributos incidentes sobre os produtos agropecuários, sem dúvida outro entrave para que possamos ter competitividade tanto no mercado interno como para exportação.

Ricardo Barbosa Alfonsin
Presidente do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (Iejur)

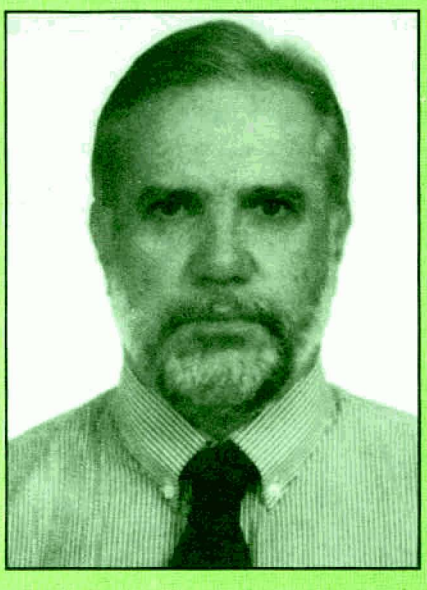
■ *A crise da dívida já acabou?*

— Não, permanece íntegra. Boa parte da dívida foi rolada na securitização. Nos saldos devedores estão embutidos taxas de juros e índices inflacionários declarados ilegais pelo Superior Tribunal de Justiça — Plano Collor e juros acima de 12% — bem como o diferencial do Plano Real, o que torna impagável a dívida. Por outro lado, boa parte dos produtores esgotou as garantias e a capacidade de pagamento. Ficaram diante disso excluídos de novos financiamentos, o que lhes tira condições de obter renda para pagar a renegociação. Por fim, para os devedores acima de R$200 mil, não há solução adequada.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— Não. Tanto que já se reivindica o pagamento em cinco anos da primeira parcela que vence em outubro. Não resolveu principalmente para aqueles que produzem comida para o brasileiro comer, sem rentabilidade diante da interferência de mercado (congelamento, tabelamento, importações) e pela falta de subsídios compensatórios, já que suportam os planos econômicos há mais de 10 anos. Para dívidas novas, pequenas e de Finame, a securitização resolveu.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*



— A securitização tratou de maneira igual culturas e situações diferentes, e por isso foi injusta. Os que se endividaram por terem investido mais em tecnologia, máquinas etc., e trazem débitos decorrentes dos juros altos e dos descasamentos entre preços dos produtos e financiamentos, ficaram fora da securitização, porque suas dívidas não foram devidamente enxugadas, superando desse modo R$200 mil. Em termos de área de produção, é um volume significativo.

■ *O que precisa ser feito?*

— A incidência de problemas de toda ordem no setor primário, por longos anos sem solução, desorganizou-o, desembocando numa crise sem precedentes e com conseqüências colaterais importantes. Hoje milhares de agricultores respondem por desvio de penhor em processos criminais, de financiamentos que não lhes foram concedidos, ou por utilização de estoques que foram verbalmente autorizados a usar, já que não havia como removê-los ou não havia outras fontes de financiamentos. A solução hoje tem que ser mais abrangente. Precisamos salvar o que ainda resta dos agricultores brasileiros, dando-lhes prazos compatíveis ao endividamento — dentro do qual efetivamente possam pagar a conta — e lhes permitam repor esses estoques mediante garantia real. Temos que expurgar os diferenciais do Plano Real e do Plano Collor, bem como juros ilegais, trazendo os números para o efetivamente devido.

Os saldos devedores embutem taxas de juros e índices inflacionários declarados ilegais pelo Superior Tribunal de Justiça.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— São quatro frentes: recuperação de mercado; solução da dívida e dos estoques; novas fontes de financiamentos com custos adequados, permitindo a reestruturação do setor para que alcance altos índices de qualidade e produtividade; novo modelo tributário que permita condições de competitividade externa, impedindo a importação de subsídios.